

**PROCESSO Nº:** 004728/2022-TC (2ª Câmara)

**ASSUNTO:** Denúncia

**INTERESSADO:** Francinaldo Moreira da Silva

**ÓRGÃO ENVOLVIDO:** Prefeitura Municipal de Pedro Avelino/RN

**RESPONSÁVEL:** José Alexandre Sobrinho – Prefeito Municipal

**RELATOR:** Antonio Ed Souza Santana

### **DESPACHO**

NATAL/RN - 07/03/2024.

1. Trata-se de Denúncia apresentada em 20/12/2022, por cidadão, que versa sobre potenciais irregularidades no âmbito do Município de Pedro Avelino/RN, a qual foi autuada com o tipo “Documento”, espécie “Comunicação de Irregularidades”, nos moldes do art. 3.º da Resolução nº 016/2020-TCE.

2. Na sua petição, o Denunciante apontou a existência de supostos processos seletivos fracionados e dirigidos entre 23/04/2021 e 18/10/2021, que teriam sido publicados no Diário Oficial dos Municípios do RN em 18/10/2021. Além disso, noticiou a contratação da COOPEDU (Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Educação do Estado do Rio Grande do Norte), sediada em Monte Alegre/RN. Tal cooperativa, segundo o Denunciante, estaria proibida por lei de contratar com o Poder Público, em virtude do Enunciado da Súmula nº 281<sup>1</sup> do TCU.

3. Aduziu, ainda, que o aludido contrato fora publicado no Diário Oficial dos Municípios do RN em 02/06/2021, edição nº 2540, e teve por objeto a contratação de 56 servidores, sem a realização de concurso, a despeito de haver, no mesmo período, certame em plena validade, executado pela FUNCERN.

4. Ao final, acostou matérias de imprensa, noticiando irregularidades em relação a contratações, sem a precedência de concurso público, e a nomeações de funcionários, através da suposta prática ilegal de nepotismo direto e cruzado, além da suposta contratação de funcionários fantasmas no âmbito da Prefeitura de Pedro Avelino/RN.

---

<sup>1</sup> *Súmula nº 281 - É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.*

5. Após regular instrução processual, os autos foram encaminhados à DAM e em seguida à DDP para que realizassem a análise das matérias afetas às suas competências.

6. Em seguida, determinei que fosse realizada a notificação do Sr. José Alexandre Sobrinho, Prefeito Municipal de Pedro Avelino/RN, para que, no prazo de 15 dias explicitasse a base legal das contratações temporárias, com a demonstração das justificativas de motivação excepcional e do interesse público subjacente que arrimaram os contratos realizados, bem como, juntasse cópia, em formato PDF, do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico nº 13/2021, bem como de todos os processos de despesas e pagamentos dele decorrentes, acompanhados da integralidade da documentação pertinente.

7. Regularmente notificado, o Sr. José Alexandre Sobrinho apresentou vasta documentação inserida nos eventos 24 a 46 dos autos, dentro do prazo legal, conforme Certidão da DAE (evento 47).

8. Diante do exposto, determino o encaminhamento dos autos à DDP para análise da documentação apresentada e, em seguida, à DAM para análise da matéria afeta à sua competência.

*(documento assinado digitalmente)*  
**ANTONIO ED SOUZA SANTANA**  
Conselheiro-Substituto